

Europa lidera combate à crise financeira



O Parlamento Europeu iniciou bem cedo o debate sobre a resposta a dar à crise financeira actual. Os Deputados europeus chamaram a atenção aos Estados Membros para a necessidade de uma mensagem de confiança aos mercados e maior transparência e regulação do sector financeiro.

PÁG.02

EDITORIAL CARLOS COELHO

PARABÉNS, EUROPA !

O mundo tremeu com a **crise financeira internacional**. Sabe-se como ela começou, não se sabe como vai terminar. E sobretudo, não se conseguem prever as consequências que vai ter na **economia real** e no **emprego**. O custo financeiro consegue adivinhar-se, o social ainda não.

Difícilmente teríamos uma **prova mais evidente de como a economia está globalizada**, de como estamos mais interdependentes e de como precisamos de uma **União forte e com capacidade de resposta**.

Ao contrário do que apregoam alguns eurocéticos (em Portugal, sobretudo no PCP) **o isolamento não é solução**. Veja-se o caso da **Islândia**, com moeda própria, à beira do colapso e a ter de pedir dinheiro à Rússia ou a fragilidade da **Dinamarca** (que não integra o **euro** mas teve de pedir a ajuda ao Banco Central Europeu).

A União esteve bem. Reagiu rápido e acabou por inspirar a reacção que, com mais ou menos vontade, acabou por ser adoptada pelos principais parceiros mundiais.

Parabéns a **Sarkozy**, a **Barroso** e a **Trichet**. Esperemos que não seja apenas na Europa das Finanças que este talento se revela. Faço votos para que ele seja igualmente evidente na **Europa da economia** (ainda muito dependente das políticas nacionais), na **Europa social** e na **Europa dos cidadãos**.

Vasco Graça Moura e Carlos Coelho criticam Governo

pela sua acção na implementação de Bolonha

Apoiaram um Relatório da Deputada do PPE Doris Pack sobre o Processo de Bolonha e a Mobilidade Estudantil que critica a forma como os Estados-Membros implementaram a Declaração de Bolonha.



PÁG.03

Assunção Esteves: União Europeia não há História sem símbolos!



A Deputada do PSD Maria Assunção Esteves participou no debate sobre o Relatório Carnero relativo aos símbolos da União Europeia.

PÁG.04

Duarte Freitas exige distribuição de frutas e legumes frescos

gratuitos às crianças das escolas europeias



PÁG.09

Europa lidera combate à crise financeira

O Parlamento Europeu iniciou bem cedo o debate sobre a resposta a dar à crise financeira actual. Os Deputados europeus bem chamaram a atenção aos Estados Membros para a necessidade de uma mensagem de confiança aos mercados e maior transparência e regulação do sector financeiro. Pelo PSD em Bruxelas tomaram posição Carlos Coelho, coordenador do GEPSD, e José Silva Peneda de quem publicamos nesta edição da Carta da Europa o excerto de uma entrevista.

A crise mundial está instalada, os mercados financeiros estão instáveis, as empresas vêm as suas acções descer a ritmo alucinante, o preço do petróleo ora sobe, ora desce.

Como reagirá o mercado na Europa dos 27 ?

Mais do que financeira, esta crise é de confiança. Nestas circunstâncias, a prioridade tem de ser a de restaurar a confiança e o funcionamento normal do sector financeiro, que não está isolado do resto da economia. Por isso, é muito urgente evitar que ele venha a contagiar a economia real. Aqueles que melhor e mais rapidamente souberem conter os efeitos da crise no sector financeiro, serão aqueles que conseguirão evitar o contágio às empresas e às famílias. Para já a Europa está de parabéns porque foi capaz de criar uma linha de defesa colectiva europeia ao nível dos países do Euro, e isso pode evitar maiores danos na economia real.

Que consequências para a economia do País, para a Europa e no Mundo ?

A principal consequência para a economia real pode ter a ver com a incapacidade que as empresas e as famílias poderão ter em obter crédito.

Perante a falta de liquidez, os bancos têm que cortar no crédito não só para os seus clientes mas também entre os próprios bancos, e isso pode criar dificuldades para as empresas que têm compromissos a cumprir e fará necessariamente reduzir o nível de investimento.

Em Portugal existem grandes obras como o TGV, o novo aeroporto, bem como novas infraestruturas rodoviárias que são importantes



para os agentes económicos. Simultaneamente as autarquias continuam a investir desmesuradamente e por vezes sem critérios estratégicos e objectivos, somente com fins eleitorais.

Acha pertinente a sua evolução ?

Estes investimentos devem ser assumidos muito cautelosamente mas perante a situação actual ainda mais cuidado deve haver na sua análise para não hipotecar as gerações futuras. Estas obras devem ser muito bem ponderadas e a responsabilidade pela sua aplicação assumidas com base nos estudos de custo-benefício efectuados. Alguns destes projectos já foram aceites

pela UE mas, nas actuais circunstâncias, faz todo o sentido que venham a ser reexaminados e até renegociados. Não concordo com a afirmação genérica que é feita de que os investimentos feitos pela Câmaras Municipais são desmesurados e feitos sem carácter estratégico. Conheço muitos e bons exemplos de excelentes investimentos feitos por muitos municípios.

Como é que as empresas responsáveis por estas obras enfrentaram o financiamento das mesmas ?

Com muitas dificuldades. Já antes desta crise o PSD alertou que o país não estaria em condições

de suportar a maior parte destas obras. Perante este cenário de crise é óbvio que se torna tudo ainda mais difícil, até porque o sistema utilizado pelo governo para o seu financiamento prevê que sejam as empresas concessionárias a fazer as obras e avançar com o dinheiro. As empresas do sector já vieram anunciar não terem possibilidades de se endividarem junto da banca. O pior que poderá acontecer seria o governo optar por alargar prazos de concessão e estender outras benesses só e apenas para levar a sua avante, custe isso o que custar ao erário público.

Com a instabilidade vivida pelos mercados financeiros qual será a reacção destas empresas na crise ?

As empresas são afectadas na medida em que necessitam do crédito para investir. Se a crise não for devidamente contida as nossas empresas não terão dinheiro para enfrentar os seus compromissos. As empresas deverão esperar que a crise seja efectivamente controlada e devem ser mais cautelosas na gestão dos seus custos. Aliás, essa gestão deve ser feita em contra-ciclo, em tempo de vacas gordas e não em tempo de dificuldades onde a margem de manobra é muito menor.

Mas o governo poderia ajudar e muito a resolver esta falta de liquidez das empresas começando a honrar os seus compromissos como cliente. São muitos milhões de euros que o

Estado deve às empresas. Se antecipasse esses pagamentos, incluindo os juros devidos, as empresas respirariam muito melhor. Aí tem uma resposta ao problema que depende apenas e tão só do Estado e, nestas circunstâncias, para além do Estado se assumir como uma pessoa de bem seria uma boa razão para aumentar o défice orçamental porque toda a gente entenderia a bondade da solução.

Outra boa ajuda seria que o pagamento do IVA fosse feito não na base da data da emissão da factura, mas sim da do recibo.

Outra boa medida seria acabar com os pagamentos por conta. 

Vasco Graça Moura e Carlos Coelho criticam Governo pela sua acção na implementação de Bolonha

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, os **Deputados Europeus do PSD Carlos Coelho e Vasco Graça Moura** apoiaram um Relatório da Deputada do PPE Doris Pack sobre o **Processo de Bolonha e a Mobilidade Estudantil** que **critica a forma como os Estados-Membros implementaram a Declaração de Bolonha**. Os **Deputados do PSD criticam duramente a forma como o governo Português geriu este processo**.


Em véspera do décimo aniversário da Declaração, a relatora pediu uma reflexão e debate sérios sobre os caminhos que Bolonha tem seguido com a aplicação de que tem sido alvo nos vários Estados Membros.

O Grupo Europeu do PSD não quis deixar de reforçar a importância que deve ser atribuída a esta questão. Este Relatório afirma que a redefinição séria destes objectivos, *"impõe a necessidade de uma reflexão quanto ao que tem sido a implementação do Processo de Bolonha nos Estados-Membros."* Segundo o Parlamento Europeu é *"necessário ponderar se as políticas seguidas em nome de Bolonha têm, de facto e como pretendido, conduzido à consolidação de um Espaço Europeu do Ensino Superior, capaz de responder aos desafios de competitividade à escala internacional."*

Carlos Coelho afirma que é necessário

saber se *"a implementação nos vários Estados-Membros aconteceu como no caso Português - feita pela imposição, sem adequação de prazos e desacompanhada de consciencialização para as mais valias de Bolonha. Uma má implementação pode ter hipotecado os objectivos de Bolonha no passado, arredando a comunidade académica de um Processo de que devia ter sido peça fundamental."* Para Carlos Coelho, *"é agora tempo de evitar que se hipoteque a redefinição desses*

objectivos para o futuro."

Por seu lado, **Vasco Graça Moura** considera *"fundamental que se exortem os Estados-Membros a verificar qual o impacto deste Processo na adequada qualificação e preparação dos jovens. É preciso, como salienta a nossa Relatora Doris Pack, que não se percam de vista os objectivos do Processo e a noção da importância central dos Estudantes em todas as questões que dizem respeito à sua educação."* 





Assunção Esteves: União Europeia

não há História sem símbolos!



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a Deputada do PSD **Maria Assunção Esteves** participou no debate sobre o Relatório Carnero relativo aos **símbolos da União Europeia**.

Este relatório prevê que seja incorporada no Regimento do Parlamento Europeu uma nova regra sobre a utilização pelo PE dos símbolos da União. Esta norma, que entrará em vigor, estipula que a **bandeira seja hasteada em todos os edifícios do PE, nas salas de reunião e nos actos oficiais, que o hino seja interpretado nas sessões constitutivas e noutras sessões solenes** e que o lema **“Unida na diversidade”** seja reproduzido nos documentos oficiais do PE.

Na sua intervenção, a **Deputada do PSD** fez

alusão à sessão solene do dia anterior, declarando que **“o hino da Europa poderia ter-se juntado às lágrimas de Ingrid Betancourt.”**

Segundo Assunção Esteves, o hino **“culminaria o grito de uma partilha colectiva de memória e de vontade. Nenhum projecto humano prescinde de uma dimensão simbólica. Desde a força das palavras com que daqui governamos os povos da Europa, aos rituais da representação política que nos sentam à esquerda e à direita na dialéctica do debate parlamentar. Não há História sem símbolos!”**, lembrou a Deputada.

Na sua opinião, **“as palavras, a bandeira, o hino, o lema: o projecto universal da Europa não pode forjar-se no imaginário colectivo sem a química dos símbolos.”** Para **Assunção Esteves**, os símbolos designam

“não apenas o mundo que está, mas o mundo que queremos ter. Eles ligam razão e emoção, o mais profundo que há em nós. O seu valor vem do processo de identidade que desencadeiam.”

“Como pode o projecto gigantesco da Europa, assente no valor transcendental da dignidade humana, virado ao mundo, liderante nos direitos, prescindir de uma dimensão simbólica?” questionou a Deputada.

A terminar, Assunção Esteves lembrou que **“o pensamento europeu deixa-nos um imenso registo sobre o significado dos símbolos. A política não o pode ignorar. Se é política e não burocracia. Porque a política transporta consigo todas as manifestações do humano no que ele tem também de ideal e sublime.”**

Eurodeputados do PSD propõem Associação Nacional de Municípios Portugueses

para Prémio Cidadão Europeu do Ano

Os **Deputados europeus do PSD** propuseram ao Presidente do Parlamento Europeu, Hans Gert-Pottering, a candidatura da **Associação Nacional de Municípios Portugueses como candidata ao Prémio de Cidadão Europeu do Ano** na categoria associações ou organizações.

Este Prémio destina-se a recompensar acções realizadas por cidadãos individuais, por grupos, associações ou organizações, que visem promover uma **maior compreensão mútua e uma maior integração entre os cidadãos dos Estados-Membros** e/ou através de acções de cooperação transfronteiriça dentro da UE. As acções que visem promover a cooperação dos países não-europeus são igualmente elegíveis.

Na sua apresentação, **Carlos Coelho**, coordena-


dor dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, lembrou que **“os Municípios portugueses, não tinham tradição de geminações”** e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (presidida por Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu) encetou uma **“política activa de estimular as geminações entre Municípios, sensibilizando os autarcas portugueses e procurando parceiros noutros países comunitários.”**

Com essa iniciativa, **“a ANMP pretendeu reforçar a ideia que a Europa se constrói através do conhecimento recíproco dos povos que a integram.”**

As geminações encorajam as trocas culturais, as acções de intercâmbio e projectos de desenvolvimento e entreaajuda. Actualmente

existem em Portugal 310 geminações envolvendo 17 Países comunitários.

Para a primeira edição do Prémio, considerar-se-á, a título excepcional, que as candidaturas apresentadas serão válidas quer para o Prémio do cidadão europeu de 2008 quer de 2009.

A escolha dos 50 homenageados para 2008 terá lugar em Novembro, e a entrega dos prémios será feita antes do fim do ano. A escolha dos homenageados para 2009 será feita na Primavera de 2009. 




Sérgio Marques defende concessão de ajudas de Estado

à modernização e renovação das frotas pesqueiras da RUP's por tempo indeterminado

Em intervenção efectuada no Plenário do Parlamento Europeu reunido em Estrasburgo e no contexto do debate sobre o Relatório Guerreiro sobre “Gestão das frotas de pesca das regiões ultraperiféricas”, **Sérgio Marques** defendeu que as ajudas de estado à modernização e renovação das frotas das RUP's devem ser concedidas por tempo indeterminado sem que o meio marinho fosse minimamente prejudicado!

Sérgio Marques salientou que **“ajudas de Estado à modernização e renovação das frotas das RUP's por tempo indeterminado não quer**

dizer ajudas permanentes e eternas. Seriam imediatamente interrompidas se os estudos e a avaliação do Conselho Científico e dos Conselhos Consultivos Regionais evidenciassem essa necessidade. Esta é a solução que melhor se adequa à realidade muito específica das pescas das RUP's.”

Realçou também que **“as mesmas razões que fundamentam para os pescadores de cada RUP uma reserva exclusiva de pesca até às 100 milhas justificam também um tratamento diferenciado relativamente às ajudas para a modernização e renovação da frota.”** 



Eurodeputados Duarte Freitas e Sérgio Marques querem discriminação positiva

para a modernização e renovação das frotas de pesca de Açores e Madeira

A Comissão Europeia lançou recentemente uma Proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 639/2004 relativo à gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas da Comunidade.

Em causa está a prorrogação por um ano de um conjunto de medidas derogatórias que permitem a concessão de apoios públicos à renovação e modernização das frotas de pesca da Regiões Ultraperiféricas.

Duarte Freitas, membro efectivo da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, explicou que **“o acto da Comissão que autoriza os Estados-Membros em causa a conceder auxílios estatais foi adoptado mais tarde do que o previsto e, atendendo a que os estaleiros navais interessados têm uma ca-**

pacidade limitada, foi impossível assegurar a execução integral do acordo político celebrado no Conselho de 19 de Junho de 2006 antes do prazo de 31 de Dezembro de 2008, pelo que, neste momento a Comissão Europeia propôs a prorrogação deste prazo para 31 de Dezembro de 2009”


Tanto Duarte Freitas como Sérgio Marques consideram que **“Açores e Madeira, dadas as suas particularidades e constrangimentos específicos, inerentes aos condicionamentos e às desvantagens estruturais permanentes a que as regiões ultraperiféricas estão sujeitas, reconhecidos no artigo 299º do Tratado, devem ser alvos de um tratamento diferenciado no que diz respeito à reestruturação das suas frotas de pesca”**

Para os dois deputados europeus **“A situação dos pesqueiros ao largo destas regiões**

está controlada e dentro dos limites biológicos de segurança, longe portanto das situações de sobreexploração que se verificam noutras áreas de pesca da UE.”

Dado o cenário de desenvolvimento sustentado que estas regiões enfrentam, Duarte Freitas e Sérgio Marques consideram que **“as medidas específicas do presente regulamento não deverão ser limitadas no tempo.”**

Nesse sentido, apresentaram uma proposta de alteração conjunta ao texto base da Comissão Europeia que pretende que **“as derrogações previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 2792/1999, se mantenham por tempo indeterminado devendo apenas ser interrompidas se os estudos e conclusões do CIEM e Conselhos Consultivos Regionais (RAC’s) para as regiões considera-**

das evidenciarem essa necessidade.” 



Portugueses em destaque


no European Ideas Network



João de Deus Pinheiro, José Silva Peneda, actuais Deputados europeus do PSD e **Arlindo Cunha** ex-Eurodeputado integraram o painel de oradores das jornadas de reflexão do **"European Ideas Network"** o **Think Tank** oficial do Partido Popular Europeu, a maior família política do Parlamento Europeu (PE).

Deputados europeus e nacionais, Primeiros-Ministros e outros membros de Governos do PPE, estiveram reunidos em Fiuggi, Itália, para debater o futuro do Mundo e da Europa sob o tema **"The World in 2025: The Place for Values in an Uncertain World"**.

João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do PPE-DE presidiu ao painel sobre os **"Desafios da Política Externa europeia"**, José Silva Peneda, Relator do PE para o Modelo Social Europeu, foi um dos oradores do debate sobre o **"Emprego, Capacidades e Capital Humano"**.

Arlindo Cunha, que enquanto Deputado europeu foi Relator do PE para a Reforma da Política Agrícola Comum participou como orador no debate sobre a **"Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar"**. 

Carlos Coelho defende nova regulamentação para combater Ciberterrorismo

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu debateu em Bruxelas a questão do **Terrorismo e a Protecção de Dados Pessoais** com base em dois Relatórios dos Deputados Roure, Protecção de Dados Pessoais, e LeFrançois sobre o Combate ao Terrorismo. **Carlos Coelho participou neste debate conjunto com a Comissão e com o Conselho** e que contou com a presença do Comissário Barrot, Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela Justiça e Assuntos Internos e do Ministro francês dos Assuntos Europeus **Jean-Pierre Jouyet** em nome do Conselho.


Carlos Coelho lembrou, na sua intervenção, que com a Decisão Quadro que aprovada em 2002, **"uniformizámos a definição de Terrorismo e as sanções aplicáveis, em todos os Estados Membros."**

Na opinião de **Carlos Coelho**, **"o avanço das novas tecnologias de informação e de comunicação, nomeadamente a Internet, trouxeram um enorme número de vantagens para o dia-a-dia dos cidadãos. Os**

criminosos também tiram partido desta rede acessível, fácil, barata e poderosa."

Segundo o Deputado **existem já cerca de 5.000 sites de propaganda terrorista** que **"são instrumentos de radicalização e recrutamento, ao mesmo tempo, que servem como fonte de informação acerca de meios e métodos terroristas."**

Carlos Coelho propõe alterar a Directiva de 2002, de forma **"a criar os instrumentos necessários para fazer face a esta forma de ciberterrorismo. Apoio as alterações propostas pela Relatora que conciliam a urgência deste combate com o respeito imprescindível pela liberdade de expressão e de associação"** referiu Carlos Coelho.


O Deputado do PSD lembrou ainda que é muito importante que os Estados Membros ratifiquem a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo (2005), de forma a garantir uma **"aplicação em paralelo e complementar dos dois instrumentos, com um regime jurídico mais rigoroso e completo."** 



Sérgio Marques

em Missão de Observação de Referendo no Equador

O Deputado Europeu **Sérgio Marques** integrou a **Missão de Observação Eleitoral da União Europeia ao Referendo Constitucional no Equador**. Sendo Membro Suplente da Delegação para as Relações com os Países da Comunidade Andina, em que se insere a Venezuela, o Deputado Madeirense esteve na América do Sul, entre os dias 26 e 29 de Setembro, com o intuito de observar o acto eleitoral. Após anos de instabilidade política, **o Equador atravessa um período de transição**.

Depois de ter já participado em Missões de Observação Eleitoral em países da mesma região como a Colômbia e Venezuela, **Sérgio Marques** espera contribuir para um bom trabalho desta Missão no sentido de **permitir ao Povo Equatoriano viver em Liberdade, Democracia e respeito pelos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, valores sem os quais qualquer processo de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais não fará qualquer sentido.** 



Carlos Coelho quer acabar

com causalidade directa entre delinquência e origem étnica


O Eurodeputado **Carlos Coelho** do PSD assinou uma Declaração Parlamentar com outros Deputados ao Parlamento Europeu sobre a **prevenção** da escalada do **racismo e da xenofobia na União Europeia**

Carlos Coelho e os restantes signatários desta tomada de posição consideram **que não existe uma relação de causalidade directa entre delinquência e origem étnica**, e que associar delitos à origem étnica só pode dar origem a conflitos raciais e à divisão étnica.

Esta Declaração exorta a UE e os seus Estados Membros a adoptarem e aplicarem uma **“legislação apropriada contra a discriminação, que proíba as autoridades públicas e os meios de comunicação de vincular a delinquência com a origem étnica”**.

Os Deputados pedem também à UE e os seus Estados Membros para **eliminar as declarações, legislação e políticas a confluência entre imigrantes e cidadãos da UE que circulam e se estabelecem noutro Estado-Membro**, aplicando as mesmas regras em matéria de direitos humanos.

Esta declaração considera que as medidas tendentes a reduzir a delinquência no seio das comunidades **“étnico-culturais de residentes não nacionais se devem basear na integração sociocultural, e não na repressão policial.”**

A terminar propõe como prioridades: **criar estruturas associativas de residentes não nacionais**; estabelecer um diálogo estruturado e relações institucionais entre comunidades de residentes não nacionais e de nacionais; mobilizar créditos da UE e dos Estados-Membros para **programas de integração cívica**, fomentar a **compreensão entre culturas** e melhorar as **condições de vida**; melhorar a legislação e desenvolver incentivos de **luta contra o trabalho ilegal.** 


Sérgio Marques questiona

Comissão Europeia



Sérgio Marques enviou uma pergunta escrita prioritária à Comissão Europeia e, que defende um regime de apoio social mais favorável para os utilizadores de transporte marítimo de passageiro, relativamente ao existente para o transporte aéreo. A Comissão Europeia tem agora nos termos do Regimento do Parlamento Europeu o prazo de um mês para responder ao pedido do deputado madeirense.

Com fundamento na desvantagem social que constitui o facto de residir numa região ultraperiférica, tal como definida no artigo 299/2 do Tratado da Comunidade Europeia, **Sérgio Marques** questiona o seguinte:

“Está a Comissão Europeia aberta a não levantar objecções a uma futura implementação de um regime de auxílios de natureza social nas ligações marítimas de passageiros entre a Região Ultraperiférica da Madeira e o Continente português, MAIS FAVORÁVEL do que o actualmente existente para os cidadãos residentes na Madeira que utilizem o transporte aéreo entre esta e o continente português?” 

Duarte Freitas exige distribuição de frutas e legumes frescos gratuitos às crianças das escolas europeias

A Comissão Europeia apresentou uma proposta que visa estabelecer um **regime de distribuição de fruta às escolas**. Duarte Freitas está a acompanhar este dossier e já fez várias propostas de alteração ao documento.

O objectivo da Comissão é proporcionar um enquadramento político e financeiro para as iniciativas dos Estados-Membros destinadas a **aumentar o consumo de frutas e legumes das crianças**, na fase de formação dos seus hábitos alimentares, correspondendo assim a um investimento de futuro, uma vez que contribuirá para **reduzir os custos de saúde decorrentes de um mau regime alimentar**.

Segundo a proposta, **será colocada à disposição dos Estados-Membros uma verba total no valor de 90 milhões de euros** que poderá ser usada, voluntariamente e mediante co-financiamento (50% ou 75% se em regiões de convergência), para a **compra de frutas e legumes a distribuir de forma gratuita pelas escolas**.


Duarte Freitas, apesar de saudar esta iniciativa da Comissão, apresentou algumas propostas de alteração no sentido de cingir este mecanismo às frutas e legumes frescos e excluir, à partida, qualquer tipo de aproveitamento excessivo pela indústria agroalimentar, **“à custa da saúde das crianças europeias.”**

Para **Duarte Freitas** é **“urgente lidar com o problema da obesidade infantil na UE, sendo o mecanismo de distribuição gratuita de fruta e legumes às escolas uma excelente oportunidade para criar hábitos de consumo saudáveis nos cidadãos europeus. Este mecanismo, não deve, pois, estar aberto à possibilidade de se financiar a compra de produtos transformados que não têm as mesmas qualidades nutricionais que a fruta e legumes frescos.”**

Depois de ter estabelecido vários contactos com representantes do sector agrícola nacional, **Duarte Freitas** realça ainda que a limitação deste esquema às frutas e legumes



frescos, perecíveis mais rapidamente, acaba por beneficiar as produções nacionais.

Sabendo que as crianças portuguesas apresentam dos mais graves índices de obesidade da UE, **Duarte Freitas** espera que este mecanismo seja **“aproveitado em pleno pelo governo português e que a distribuição gratuita de fruta e legumes frescos nas escolas portuguesas comece o mais cedo possível.”** 



Sérgio Marques em missão do Parlamento Europeu

na África do Sul

O Deputado Europeu **Sérgio Marques** esteve na **Cidade do Cabo (África do Sul)** entre os dias **9 e 13 de Outubro de 2008**. Sendo **Vice-Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a África do Sul**, o deputado madeirense integra o *Bureau* desta Delegação que é composto pelo Presidente e pelos dois Vice-Presidentes.

Num **momento particularmente importante**, em que ocorrem significativas alterações na cúpula do Estado, com a recente **substituição de Thabo Mbeki por Kgalema Motlanthe** que ficará interinamente como Presidente da República até às eleições de Abril de 2009, esta visita adquire ainda **contornos mais relevantes no sentido de os Deputados Europeus perceberem a realidade actual do país**.


O Programa incluiu várias actividades ligadas a áreas tão diversificadas como Ambiente, Boas Práticas Governativas, Tecnologia, Economia, Vinicultura e a **visita ao Museu de Robben Island** (antiga penitenciária onde Nelson Mandela esteve detido). Tiveram lugar também **reuniões com o Instituto para a**



Democracia na África do Sul, o Liaison Office para as relações com o Zimbabué, e autoridades francesas em representação da Presidência da UE.

Alguns **projectos que estão a ser executados com apoio de Fundos Europeus** no âmbito do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento estabelecido entre a UE e a África do Sul foram também visitados. Neste quadro, **Sérgio Marques tem alertado para "a importância da ajuda europeia**

dar prioridade a projectos que possam contribuir para o reforço da Segurança naquele país, através do reforço do sistema policial, judiciário e penitenciário."


Sérgio Marques teve ainda um jantar com a **Comunidade Portuguesa na África do Sul**. O Deputado Português pretendeu **"analisar o sentimento dos nossos conterrâneos nesta fase especialmente sensível, perceber as suas expectativas e preocupações e também informar dos resultados da visita."** 

Parlamento Europeu aprova propostas de Carlos Coelho

sobre "migração do SIS 2 "

A Sessão Plenária do **Parlamento Europeu** aprovou dois relatórios do **Deputado europeu do PSD Carlos Coelho** sobre a migração do **Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+)** para o **Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II)**. Os dois Relatórios foram aprovados, respectivamente, por 450 votos a favor, 25 contra e 31 abstenções e por 492 votos a favor, 25 contra e 40 abstenções. O **Sistema de Informação de Schengen**

(SIS) é a maior base comum europeia de dados, com um volume total (em Dezembro último) de 22.450.781 dados, dos quais 1.142.988 relativos a pessoas, que funciona como um sistema comum de informação, permitindo às autoridades competentes dos Estados-Membros cooperarem e trocarem as informações necessárias para o estabelecimento de uma área sem controlos nas fronteiras internas. Ver dossier sobre o SIS em www.carloscoelho.eu/dossiers

Esta segunda geração do SIS integra já **dados biométricos**, novos tipos de alerta (por exemplo, **introdução do mandado de detenção europeu**) e novas funcionalidades no sistema (a fim de reforçar a segurança e assegurar uma utilização mais eficiente dos dados, por exemplo, através da **interligação dos alertas**), e alargar o acesso aos alertas por parte das autoridades a nível nacional ou comunitário, bem como dar resposta à necessidade de integrar novos Estados-Membros. 

Combustíveis: Carlos Coelho rejeita fixação administrativa dos preços

mas defende intervenção selectiva nos impostos

Parlamento Europeu aprova resolução sobre preços da energia

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou uma posição comum sobre os preços da energia. O **Deputado do PSD Carlos Coelho** apoiou esta resolução porque destaca a **“discrepância entre o valor do crude nos mercados internacionais e o preço final dos combustíveis”** pois segundo o Deputado **“consegue abordar esta questão sensível sem ser em termos demagógicos como tem acontecido com alguns governos, como o Português.”**


Segundo **Carlos Coelho**, em Portugal, o **Ministro Manuel Pinho** revelou **“não apenas a sua profunda desorientação (e a limitação dos seus poderes para intervir) mas uma intromissão inadmissível na independência do regulador. Não passam de um wishfull thinking num contexto pré-eleitoral.”**

Carlos Coelho rejeita qualquer **“fixação administrativa dos preços e bem como uma harmonização fiscal dos combustíveis a nível europeu”** mas por outro lado admite **“uma intervenção nos impostos (IVA e ISP) desde que seja temporária e selectiva a favor dos agregados familiares e sectores industriais mais atingidos.”**

Para o **Deputado Europeu do PSD** a solução **“passa essencialmente pelo reforço da re-**

gulação vigente sobre as petrolíferas. Não se espera da Autoridade da Concorrência que ande a reboque das declarações do Ministro ou das queixas dos consumidores, mas que actue dentro dos seus poderes de iniciativa superando o clima de desconfiança que paira sobre a sua capacidade fiscalizadora do sector petrolífero.”

Segundo **Carlos Coelho**, a **“opinião pública portuguesa merece um esclarecimento cabal da ausência de práticas anti-concorrência na fixação dos preços.”**

“A confirmarem-se, exige-se da AdC uma intervenção imparcial e sanções exemplares” afirmou o Deputado do PSD. 



Silva Peneda escreve sobre o processo eleitoral em Angola: Uma Nova Era para Angola?

artigo de Silva Peneda publicado no Jornal de Notícias de 9.09.2008

O Eurodeputado do PSD, José Silva Peneda, que integrou a Missão de Observação Eleitoral do Parlamento Europeu às eleições legislativas em Angola, publicou um artigo sobre a análise ao processo e às possíveis consequências que este terá para o futuro do país de que extraímos as seguintes partes:

“Como aspectos francamente positivos deste processo eleitoral há que destacar, em primeiro lugar, **o comportamento cívico excepcional** que os cidadãos angolanos revelaram no dia das eleições.

O segundo aspecto positivo tem a ver com o clima distendido que se viveu durante toda a **campanha eleitoral**, que decorreu sem incidentes, em liberdade e no respeito pela opinião alheia

A terceira nota positiva tem a ver com o **recenseamento eleitoral**. Angola nunca fez um recenseamento à sua população mas com esta operação passou a dispor de uma excelente base de dados.

Uma **nota positiva para os órgãos de comunicação social estatais** que cumpriram rigorosamente com os períodos de tempo de antena atribuídos aos diferentes partidos políticos.

Como notas negativas, a primeira e mais forte de todas vai também para os órgãos de comunicação estatais, no que respeita à cobertura noticiosa das actividades das diversas forças políticas em confronto. Houve um flagrante **desequilíbrio na actividade noticiosa** desses órgãos de informação **a favor do governo e do MPLA**.



Algumas deficiências também podem ser apontadas no que respeita à credenciação de observadores e à **não concessão de vistos a jornalistas portugueses**.

O pior aspecto negativo teve a ver com falhas clamorosas registadas em Luanda em aspectos logísticos que levaram à abertura muito tardia das assembleias de voto, com falta de boletins de voto e de cadernos eleitorais. Para um país que investiu tanto dinheiro e tanto empenho neste processo eleitoral **as falhas verificadas em Luanda não deveriam ter acontecido**.

Mas o mais importante deste processo eleitoral, apesar de todos os aspectos que correram menos bem, foi o passo decisivo para uma nova era da vida política angolana.

As forças da oposição perceberam que a contenção de que deram provas só as pode beneficiar a longo prazo. As forças do poder

são, neste momento, claramente as mais bem organizadas e implantadas em todo o território e, por isso, não surpreenderá que tenham obtido uma expressiva vitória.

As eleições de Setembro de 2008 podem ser o ponto de charneira para uma nova caminhada de uma Angola que continue a crescer economicamente, a par da consolidação da paz, do progresso social, no respeito pelos direitos humanos, pela igualdade de todos perante a lei e pela observância dos direitos fundamentais.

A responsabilidade do MPLA é enorme para que estes valores se venham a consolidar na sociedade angolana e será muito importante que, a curto prazo, surjam sinais claros por parte do poder de que Angola quer inaugurar uma nova era, onde o espírito de reconciliação nacional já conseguido, pode dar lugar a uma reforçada confiança na construção de um país moderno e justo”. 